

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DOS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE OUROESTE, ESTADO DE SÃO PAULO¹

Cléber José Vergínio²
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³
Vera Lúcia Botta Ferrante⁴

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho lança um olhar diferenciado sobre a vida dos trabalhadores empregados na colheita da cana, pois contempla a problemática da segurança alimentar não apenas sob o aspecto da disponibilidade, nem somente a partir do acesso econômico aos alimentos, mas também destaca as implicações das condições de trabalho sobre esse assunto.

A hipótese é de que condições de alimentação inerentes ao emprego na colheita da cana são determinantes para a (in) segurança alimentar dos trabalhadores, principalmente, a dos migrantes.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar as condições de segurança alimentar dos trabalhadores empregados na colheita da cana de uma usina produtora de açúcar e álcool localizada no município de Ouroeste, Estado de São Paulo, durante a safra de 2009/10.

2 - MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi delimitada com base em dois principais recortes analíticos: a origem (migrante ou “do lugar”)⁵ e o tipo de colheita (manual

ou mecanizada). A proposta de desenvolver a análise a partir das diferenciações de origem e de atividade de trabalho exigiu a formação de três principais categorias: os migrantes pendulares empregados no corte manual, os “do lugar” também empregados no corte manual e, por fim, os empregados na colheita mecanizada; nesta última, não se constatou a presença do migrante pendular.

Na categoria dos migrantes pendulares, foram considerados apenas os migrantes que moravam no alojamento oferecido pela usina, os quais, de acordo com Silva (2008), podem ser considerados pendulares, pois, assim que a safra termina, eles voltam para suas regiões de origem.

Os recortes analíticos não foram desenvolvidos com o fim de estabelecer comparações entre eles. Pressupõe-se que existam diferenças nas condições de alimentação inerentes a cada categoria que são determinantes da segurança alimentar. Diante do objetivo desta pesquisa, não se pode negligenciar ou ignorar tais diferenças, da mesma maneira que as peculiaridades de cada categoria também não podem ser generalizadas.

Quanto à escolha dos sujeitos a serem entrevistados, paralelamente aos critérios de origem (migrante “do lugar”) e de atividade de trabalho (corte manual/corte mecanizado), dentre os empregados na colheita mecanizada também existiu a cautela de evitar que as entrevistas acontecessem com trabalhadores que representassem apenas alguns cargos/funções dentro de todo o processo da colheita.

Portanto, com base nestes critérios, foram entrevistados 22 trabalhadores que estavam empregados na colheita mecanizada, 14 trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual

¹Este trabalho é parte da dissertação de mestrado do primeiro autor. Registrado no CCTC, IE-49/2013.

²Economista, Mestre, Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) (e-mail: cleberverginio@yahoo.com.br).

³Engenheiro de Produção Agroindustrial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (e-mail: manoel77@yahoo.com.br).

⁴Cientista Social, Mestre, Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) (e-mail: vbotta@techs.com.br).

⁵O uso da expressão “do lugar” foi baseado no trabalho de Silva (1999), que deste modo se refere às pessoas da região de Ribeirão Preto e “os de fora” para fazer referência aos migrantes. Ainda é importante ressaltar que a expressão “do lugar” refere-se aos trabalhadores que até podem ser considerados migrantes, porém, chegaram à

região em outras veias migratórias, possivelmente, com seus pais.

e, por fim, 16 trabalhadores migrantes pendulares. No geral, foram entrevistados 52 trabalhadores.

Todos os trabalhadores entrevistados pertenciam a apenas uma empresa, e este recorte deveu-se à pressuposição de que, desta maneira, o campo de pesquisa torna-se mais homogêneo no que se refere aos aspectos relativos à sua organização, tais como: a vinda e a volta dos migrantes, as condições do alojamento, os critérios de seleção para contratação dos trabalhadores, o vínculo da empresa com os trabalhadores, os salários, a forma de remuneração e a tecnologia utilizada na colheita.

Assim, optou-se por entrevistar os trabalhadores empregados na colheita da cana da usina ALEOTA⁶ produtora de açúcar e álcool, a qual se localiza no município de Ouroeste, Estado de São Paulo. Tal empresa corresponde a um universo analítico adequado para esta pesquisa, porque as duas formas de colheita da cana (manual e mecanizada) coexistiam na mesma unidade empresarial durante a safra de 2009/10 e, também, havia a presença dos migrantes pendulares.

Conforme informações advindas do setor dos recursos humanos da empresa, na colheita da safra 2009/10, estavam empregados 544 trabalhadores, dos quais 294 empregados na colheita mecanizada e 250 na colheita manual. Destes últimos, 120 eram migrantes pendulares que moravam no alojamento fornecido pela própria empresa; já no corte mecanizado, todos os trabalhadores eram “do lugar”.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram norteadas por um questionário formado por perguntas abertas e por questões fechadas, inclusive a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

De acordo com Segall-Corrêa (2007), a EBIA é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar que objetiva, a partir da percepção do sujeito, captar distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), as quais variam de

⁶Foi utilizado o codinome “ALEOTA” para se referir à usina produtora de açúcar e álcool e empregadora dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, pois a usina não autorizou a publicação do seu nome real nesta dissertação. Este fator norteou-se pelas preocupações éticas deste trabalho e pelo respeito à expressão da vontade dos seus participantes.

Segurança Alimentar (SA) - quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimento no futuro - até a Insegurança Alimentar Grave (IAG) - deficiência quantitativa e com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família. Entre estes dois extremos estão os níveis de Insegurança Alimentar Leve (IAL) - quando a alimentação é afetada juntamente com a preocupação de que possa faltar alimentos num futuro próximo - e a Insegurança Alimentar Moderada (IAM) - quando começa haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família.

De acordo com Segall-Corrêa e Marín-León (2009), a EBIA é utilizada pelos principais centros de pesquisas acadêmicas do Brasil e também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2004 e de 2009. Contudo, neste trabalho, para avaliar quantitativa e qualitativamente as condições de segurança alimentar dos trabalhadores, também foram abordadas outras variáveis como salário, renda *per capita*, gasto da renda com alimentação, horário para se alimentar, preparo dos alimentos e atividade trabalho.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Até o final da década de 1980, a visão da FAO/ONU sobre segurança alimentar tinha um enfoque economicista, que buscava estimular a produção por meio de políticas setoriais agrícolas e agroindustriais. A partir da XII Conferência Mundial, em 1994, a FAO/ONU propôs um conceito mais amplo sobre o tema, cujo objetivo final era garantir que todos tivessem acesso físico e econômico a alimentos básicos (FAO, 2009).

Maluf et al. (1996), em consonância com a perspectiva de segurança alimentar apresentada pela FAO (2009), defendem que as políticas de segurança alimentar devem garantir a todos condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos de alimentos básicos de qualidade. Nesse sentido, Maluf et al. (1996) apontam a renda, o emprego, a estrutura produtiva, a disponibilidade e o preço dos alimentos como variáveis relevantes para a orientação de uma política de segurança alimentar.

De acordo com Kepple e Segall-Corrêa (2011), no Brasil, as reflexões e as discussões sobre segurança alimentar avançaram no sentido de compreender o fenômeno, não apenas a partir da produção de alimentos, mas também a partir do acesso, da qualidade, da estabilidade e da sustentabilidade. De acordo com Kepple (2010, p. 5-6 apud IBGE, 2010):

Disponibilidade do alimento significa a oferta de alimentos para toda população e depende da produção, importação (quando necessária), sistemas de armazenamento e distribuição; o acesso físico e econômico aos alimentos significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar; a utilização biológica dos alimentos pelo organismo é o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias nas quais as pessoas vivem e produzem sua comida, depende da segurança microbiológica dos alimentos e pode ser afetado pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei n. 11.346 de 15/09/2006) estabelece a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania e também pressupõe que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deve abranger, além do acesso aos alimentos, conservação da biodiversidade, promoção da saúde e da nutrição, qualidade sanitária e biológica dos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2006).

Portanto, analisar a vida dos trabalhadores empregados na colheita da cana por meio da lente da Segurança Alimentar significa, dentre outras coisas, investigar: se existe o acesso aos alimentos; se existir o acesso, em que condições essas pessoas conseguem tê-lo; a manutenção do acesso; e a maneira como se dá a alimentação.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Os resultados obtidos por meio da EBIA apontaram que 23,08% dos trabalhadores em-

pregados na colheita da cana da usina se encontram em condição de Insegurança Alimentar, índice menor do que o constatado pelo PNAD (IBGE, 2010) para o Brasil, 30,2%. No entanto, ao analisar por categoria analítica, dentre os migrantes, 37,5% estão em condição de Insegurança Alimentar (Figura 1).

A Insegurança Alimentar diagnosticada por meio da EBIA demonstra que, no mínimo, estas pessoas ficaram angustiadas diante da possibilidade de não ter alimentos em quantidade suficiente para sua alimentação (MARÍN-LEÓN et al., 2005). Nota-se que uma parte dos trabalhadores “do lugar” também convive com a angustiante expectativa de que possa sofrer com a falta de alimentos para a manutenção do grupo doméstico, visto que 14,29% e 18,18% do corte manual e da colheita mecanizada, respectivamente, está na condição de insegurança alimentar.

Ainda com base na PNAD (IBGE, 2010), a qual apontou que, no Brasil, 18,7% e 5% da população está em condições de IAL e IAG, respectivamente. Nota-se que a situação dos migrantes é pior do que os valores nacionais, pois dentre os migrantes, 25% estão na situação de IAL e 12% estão em situação de IAG. Esta última - IAG - constitui deficiência quantitativa com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

4.2 - Salário, Renda e Gasto com Alimentos

A renda familiar, a qual compreende o salário dos sujeitos, é a fonte pela qual se dá o acesso econômico aos alimentos. Nesse sentido, a análise se principia pelos salários dos trabalhadores, mais especificamente, pelos salários registrados na carteira de trabalho.

Pode-se verificar que os trabalhadores do corte mecanizado são os que têm os maiores salários registrados em carteira, em média, R\$790,00. Em seguida, aparecem os salários dos migrantes, os quais são registrados, em média, por um salário de R\$625,00. Por fim, os trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual, em média, R\$571,43. O maior salário, em 2010, representava 1,55 de um salário mínimo, enquanto o menor salário representava 1,12 salário mínimo, visto que, na época, o salário mínimo era de R\$510,00.

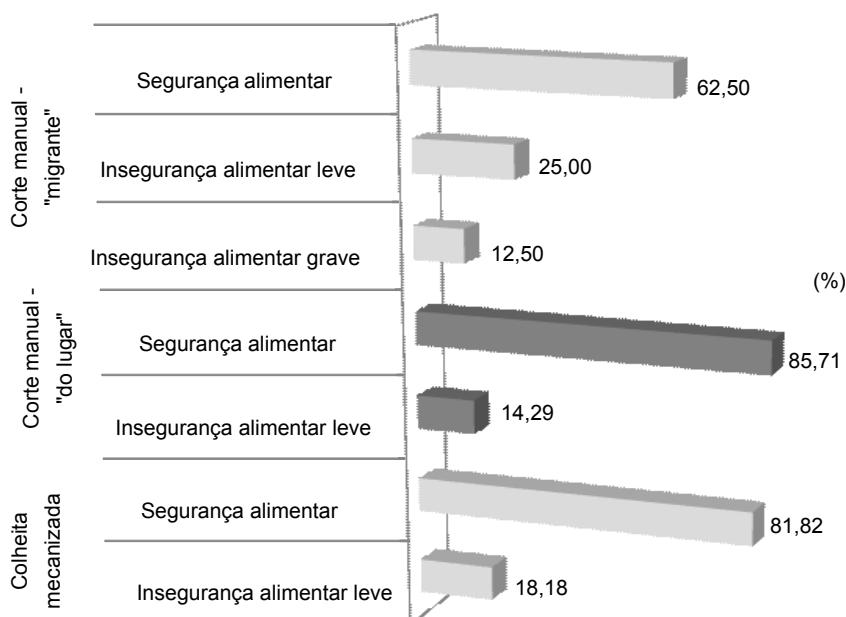


Figura 1 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), Safra 2009/10.
Fonte: Verginio (2011).

Quanto aos salários efetivamente recebidos pelos trabalhadores durante o período da colheita, estes apontam para o mesmo sentido: os salários dos trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual são os menores, e o outro extremo corresponde aos salários dos trabalhadores do corte mecanizado (Figura 2).

Durante a colheita, os salários efetivos são maiores do que os registrados em carteira (salário-base). Essa diferença, de acordo com o recibo de pagamento de salário de um dos trabalhadores do corte mecanizado, é formada por: hora extraexcedente, adicional noturno, horas *in itineribus*, descanso semanal remunerado variável, hora extra prevista e produtividade.

A renda da família, porém, não se limita ao salário dos trabalhadores: em 96,15% das famílias, a renda é complementada por outras fontes. Por exemplo, o salário do cônjuge, o salário de outros membros da família, a aposentadoria dos pais, as transferências de renda advinda de programas assistenciais federais e/ou municipais e, inclusive, a renda auferida pelo próprio trabalhador por meio de atividades de trabalho desenvolvidas paralelamente ao emprego na colheita da cana.

Apesar de a renda familiar ser maior do

que o salário dos trabalhadores, o salário advindo do emprego na colheita da cana é a principal fonte de renda para a manutenção da família. Dentre os migrantes, o salário representa aproximadamente 69% da renda familiar; dentre os empregados na colheita mecanizada o mesmo índice é de 62% e, para os “do lugar” empregados no corte manual, o salário representa 46% da renda familiar⁷.

Ao verificar a renda familiar *per capita* das três categorias, a do migrante é a menor, com R\$552,38, enquanto a dos trabalhadores do corte mecanizado e a dos trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual são de R\$597,95 e R\$686,44, respectivamente. Estes resultados confirmam o que foi observado ao analisar o peso do salário do migrante sobre a renda familiar. Certamente, a família do migrante é a que mais depende do salário advindo do trabalho no corte da cana.

⁷Não é a proposta central deste trabalho, mas é preciso explicitar que, entre os trabalhadores (as) “do lugar” empregados (as) no corte manual, a maioria é constituída por mulheres.

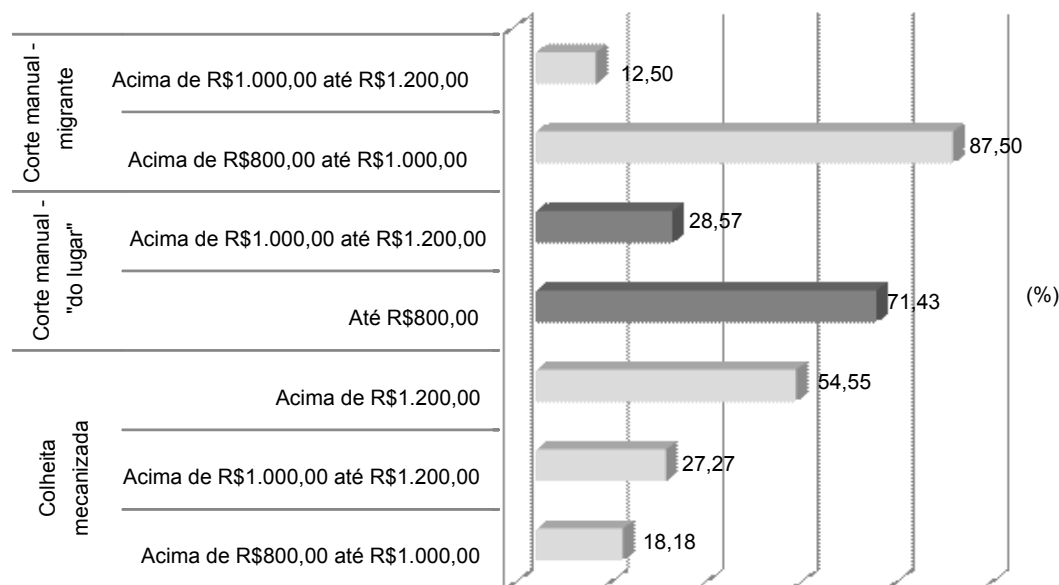


Figura 2 - Salários Divididos por Origem e por Atividade de Trabalho, Município de Ouroeste, Estado de São Paulo, Safra 2009/10. Fonte: Vergínio (2011).

Tendo em vista que a renda é um dos determinantes da (in) segurança alimentar, calculou-se o percentual da renda voltado para a aquisição de alimentos, e notou-se que os trabalhadores da região gastam, em média, R\$577,34 por mês com alimentação; esta quantia corresponde a 28,43% da renda familiar. Os migrantes, porém, enviam a suas famílias, em média, R\$375,00 por mês, valor que representa 23,42% da renda familiar. A tabela 1 apresenta um resumo dos gastos com alimentação e dos percentuais que estes representam sobre a renda familiar para as três categorias de análise.

Os trabalhadores "do lugar" ressaltam que, além dos gastos com a alimentação, também precisam pagar o consumo de água, a manutenção da rede de esgoto e o consumo de energia elétrica. Alguns trabalhadores ainda apontaram os gastos com remédios e aluguel. De acordo com os trabalhadores, o pagamento das contas de água e esgoto, energia elétrica, aluguel, assim como os gastos com alimentação, são prioridades no orçamento familiar. No entanto, primeiro se pagam as contas de água e esgoto, energia elétrica e aluguel para, depois, fazerem a compra no mercado, o que exige o ajuste da quantidade e da variedade de alimentos comprados ao or-

çamento mensal.

A situação dos migrantes é ainda mais grave, porque eles moram distante da família e, de certa forma, não vivenciam as necessidades que as famílias passam durante o período em que se encontram no alojamento. Por exemplo, do salário que o migrante consegue no corte da cana, o máximo que ele consegue fazer é enviar uma parte dele para a família.

Portanto, no geral, os migrantes enviam as suas famílias em torno de R\$400,00 por mês, de modo que as famílias, que dependem quase que exclusivamente do dinheiro enviado pelos migrantes, têm de manter as necessidades alimentares com menos de um salário mínimo por mês. Os migrantes ressaltam a quantia de dinheiro que enviam às famílias e a dificuldade delas para se manterem com o valor recebido.

De mês em mês eu envio dinheiro pra minha família, uns R\$400,00. Eu acho que dá, né, não dá pra comer bem, mas pra se manter dá (OSSENEVALDO).

Lá não produz, porque não dá pra produzir, não. Mas de vez em quando eu envio dinheiro pra minha família, uns R\$400,00 a cada 2 meses (MARCOS).

TABELA 1 - Gasto Médio com Alimentação e Renda Média Família, Município de Ouroeste, Estado de São Paulo, Safra 2009/10

(em R\$)			
Atividade	Gasto médio com alimentação (A)	Renda média familiar (B)	A / B (em %)
Colheita mecanizada	561,82	2.070,48	27,13
Corte manual - "do lugar"	592,86	1.993,86	29,73
Corte manual - migrante	375,00	1.601,25	23,42
Geral	512,69	1.905,47	26,91

Fonte: Verginio (2011).

É com dificuldade, mas dá (JOÃO).

Diferentemente da situação dos migrantes, os quais se encontram distantes de suas famílias, a condição dos trabalhadores "do lugar" permite, dentre outras coisas, explorar outras atividades de trabalho e, inclusive, pescar ou plantar alimentos para o próprio consumo. É o que acontece com os trabalhadores da região que, apesar de morarem na zona urbana, o que reduz a possibilidade de cultivar alimentos, plantam algumas culturas para o consumo familiar.

Não tenho mais condição de plantar, né, só no fundo do quintal, uma cebolinha, salsinha e a pimenta; esses a gente consegue em qualquer vazinha que a gente usa pra plantar. A minha alimentação mudou muito do campo para cidade, porque eu era costumado na gordura [de porco], a alface você já vê que é diferente, os legumes, a abobrinha, tudo é na parte do veneno, você percebe que o gosto não é o mesmo (ANDRÉ, trabalhador do corte mecanizado).

Apesar da redução das alternativas de plantio e/ou criação de animais para o consumo familiar advinda da mudança do campo para a cidade, esses traços culturais ainda estão presentes nos trabalhadores empregados na colheita da cana, pois se nota que as plantações persistem, ainda que nos fundos dos quintais. Ainda sobre o plantio de alimentos para o autoconsumo, é importante ressaltar que o trabalhador da região, diferentemente do migrante, está cercado por familiares e por vizinhos, e este arranjo social desdobra-se, dentre outras coisas, em trocas de alimentos entre as famílias e entre os vizinhos. De um modo geral, é comum o plantio de produtos alimentícios nas unidades familiares e é da rotina delas dividirem parte dos alimentos que produzem em seus quintais com os familiares e/ou com os vizinhos.

Relações de solidariedade que favorecem a perspectiva de segurança alimentar.

Não, não são todos os alimentos comprados, assim, que nem uma mandioca, que nem a gente pega no vizinho, meu pai planta num terreno perto da casa dele e a gente pega, mas a maioria, que nem o arroz, um feijão, uma batata, um tomate, é tudo comprado, porque a gente não tem onde plantar e não tem como cuidar, então tem que comprar (VICTOR, empregado na colheita mecanizada).

Nem tudo é comprado, uma hora meu pai tira uma mandioca, dá uma mandioca, uma hora minha mãe leva uma couve, uma hora leva uma alface, meu pai tem outro terreno, onde ele planta banana, feijão, quiabo, planta muita coisa. A turma aqui, o vizinho faz uma coisa, oh, toma, ou vice-versa (ROGÉRIO, empregado na colheita mecanizada).

O fato de o trabalhador estar junto com a família diminui a dependência da renda para se ter acesso aos alimentos, pois parte da alimentação pode vir da pesca, do plantio de legumes, frutas, verduras e da troca de alimentos entre os familiares e/ou entre os vizinhos. Entretanto, apesar de reduzir a dependência do mercado, o principal meio para os trabalhadores terem acesso aos alimentos ainda é a renda, de modo que o trabalhador depende, fundamentalmente, do emprego na colheita da cana para garantir a alimentação.

4.3 - Alimentação: os "do lugar" e os migrantes

Trabalhar na colheita da cana e morar com a família também significa poder escolher, dentre os alimentos disponíveis, o que comer, o quanto comer e como preparar a refeição, algo

que não é possível para os migrantes pendulares que moram no alojamento da usina. Contudo, é importante destacar que, dentre os membros da família, a mulher é a pessoa que prepara a alimentação, sobretudo aquela que preenche a marmitta dos trabalhadores no campo.

Eu levanto umas 3h30, faço almoço, faço café e esquento leite; aí, depois a gente vai para o ponto e umas 5h o ônibus está passando, 7h a gente começa a trabalhar, às 9h tem um descanso de uns 10 minutos, 11h almoço, 12h pega no serviço, 13h tem mais 10 minutos de descanso, depois 15h, mas até o trajeto que faz a gente chegar na cidade umas 17h (MARIA, cortadora de cana).

Eu levanto 4h30, faço o almoço e já levo (TEREZINHA, cortadora de cana).

A seletividade dos alimentos e o preparo adequado aos costumes alimentares dos trabalhadores da região minimizam o desgaste à saúde advindo com o trabalho no corte da cana.

A pessoa gasta muita energia, se esforça muito, come bem, come bastante, grande porção, só que ele andava com falta de sono, irritação. Aí eu fui lá na farmácia e comprei uma vitamina, quer dizer, não engordou, mas passou a dormir mais, ficou mais calmo (JOANA, esposa de um cortador de cana).

Há de se ressaltar que as privações e dificuldades encontradas pelos migrantes no corte da cana vão desde a moradia até o trabalho no corte da cana. Neste estudo, por exemplo, observou-se que os migrantes foram mantidos no alojamento da própria usina, o que significou viver constantemente sob o controle dela, porque, no trabalho, há a presença do fiscal; nas viagens do alojamento para o campo e do campo para o alojamento, a presença do motorista que, além da função de dirigir o ônibus, também exerce a função de manter a ordem (da empresa) dentro do ônibus; e, no alojamento, há a presença do guarda, figura responsável por verificar se as normas do alojamento estão sendo cumpridas pelos migrantes.

Os migrantes, na maioria das vezes, usavam domingos e alguns feriados, os quais correspondiam aos dias de folga, para lavar as roupas e descansar. A jornada de trabalho que os esperava, a qual se iniciava na segunda-feira e terminava no sábado, exigia descanso nos dias de folga, principalmente, no domingo.

É mais aqui mesmo, lava roupa, às vezes tem uns que joga bola, sai pra jogar bola. Eu não jogo, não. Eu gosto de ir no bar, mas é difícil às vezes vou lá tomo uma cervejinha. Num tem nem quase relação com pessoal daqui, né, porque chega da roça aí fica aqui, só no bar, com o dono do bar (OSSENEVALDO). De vez em quando trabalha nas folgas. Aí eu bebo, mas é só no fim de semana, tipo de ontem pra hoje [sábado para domingo], porque se beber hoje [domingo], amanhã não trabalha. Eu gasto de R\$100,00 a R\$150,00 por mês no bar (JAIR).

[Os dias de folga] usa mais pra lavar as roupas de serviço até as roupas de sair mesmo, aí acaba que a gente fica aqui mesmo esperando segunda-feira chegar pra começar de novo. A gente pouco sai daqui e, das pessoas que a gente conhece aqui de vista, eu acho boa a relação (JOÃO).

O enclausuramento dos migrantes nos alojamentos os torna totalmente dependentes da empresa, inclusive na alimentação, a qual os trabalhadores não sabem se é dada pela própria usina ou se é terceirizada. Mas o fato é que os trabalhadores reclamam da alimentação que é fornecida.

A principal reclamação dos migrantes corresponde à diferença do sabor dos alimentos. Segundo os migrantes, o tempero dos alimentos, os quais chegam a eles por meio de marmittas, é muito diferente do tempero a que são acostumados em suas regiões de origem; tamanha é a diferença que, quando eles começam a comer, eles não conseguem terminar devido ao mau sabor dos alimentos, o que se traduz em subalimentação.

Os trabalhadores reivindicam, pontualmente, mudanças nas proporções dos alimentos que compõem as refeições e, principalmente, no seu tempero. Entretanto, tais reivindicações quase não provocam mudanças na forma como as refeições são preparadas. Trata-se de uma imposição alimentar, cujos valores e costumes dos migrantes são submetidos à lógica da produção capitalista e, inclusive, banalizados, pois o saber dos migrantes, aos olhos da usina, torna-se desprezível e desqualificado.

Diante da insatisfação com as refeições que são vendidas, exclusivamente, por meio da usina, os migrantes compram, paralelamente, ou-

tros gêneros alimentícios para complementar as refeições. A primeira refeição dos migrantes acontece, pelo menos, até às 7h da manhã, apesar de que, desde às 5h, os migrantes já estão prontos para ir trabalhar, aguardando o café da manhã que deveria ser servido no alojamento e/ou o ônibus que os leva até o campo de trabalho, e a segunda refeição, o almoço, é entregue aos migrantes às 11h da manhã. Essas duas refeições, apesar de complementadas por outros gêneros alimentícios comprados paralelamente pelos migrantes, não têm sido suficientes para a alimentação dos migrantes cortadores de cana.

As refeições são fornecidas pela usina, mas não pode comer à vontade, não, tem a quantidade certa já, tem dia que fica com vontade de comer mais, mas tem dia que eu nem como tudo, não. Nós paga [pela refeição] R\$67,00 por mês. Não gosto da comida que é servida aqui não, a daqui é mais ruim, a diferença é em tudo, arroz, feijão, tempero (MARCOS).

Tem uma empresa que faz lá na usina e aí já vem pra cá pronto. Dá, à vontade não, mas dá pra comer, a comida não é muito boa, não, né, e nós ainda paga uma taxa de R\$70,00. Eu não gosto, não por causa que é diferente do lugar de onde a gente morava, o tempero é diferente, o tipo de carne é diferente da nossa, feijão aqui eles não usa quase, é mais arroz, feijão é pouquinho e lá era mais feijão, meia a meia (OSSENEVALDO).

Nas condições como as refeições são oferecidas na exaustiva jornada que significa cortar cana, alguns dos primeiros reflexos visíveis à saúde dos migrantes pendulares são emagrecimento e as câimbras. Estas são muito frequentes entre os cortadores de cana.

Eu vim do Ceará, Jardim. É a segunda vez que eu venho pra cá, mas eu acredito que eu não volto pra cortar cana, não, porque cortar cana exige muito da pessoa, exige muito do físico até o mental também, eu acho que pra mim já chega, só essa safra aí e parar com o negócio de cana. Perdi muito peso, a gente força muito, da moda do outro, se você não cortar cana, você não ganha dinheiro, aí tem que esforçar mesmo pra tirar um pagamento não muito bom, mas razoável, né (JOÃO).

Já presenciei alguns que dá câimbra, para de trabalhar; um dia nós vinha, deu câimbra

num, foi obrigado a passar no hospital (OSSENEVALDO).

À tarde eu fico com o olhar cansado, eu emagreci bastante também, saí do Maranhão pesando 99 quilos e agora eu estou com 77 quilos (JOSÉ).

As condições de vida dos migrantes pendulares no alojamento da usina, com destaque para a alimentação, somadas às condições de trabalho no corte manual da cana, se traduzem em um reflexo abrupto na saúde dos cortadores de cana. Portanto, o migrante, agora, expulso de sua região de origem devido às dificuldades de sobrevivência, chega ao Estado de São Paulo com a expectativa de encontrar no emprego do corte manual dos canaviais paulistas condições para juntar dinheiro e voltar à sua terra, mas depara-se com armadilhas, engendradas ideológica e racionalmente, que os levam, ou pelo menos, os mantêm na condição de fome crônica.

4.4 - Corte Manual da Cana

A colheita da cana se divide em corte manual e colheita mecanizada. O corte manual é considerado uma atividade de trabalho que provoca uma série de malefícios ao trabalhador. Dentre os reflexos negativos à saúde do cortador de cana, podem ser citados: a exposição à fuligem, que provoca sérios danos ao sistema respiratório dos trabalhadores; o excessivo esforço físico, o qual provoca constantes déficits nutritivos; e movimentos repetitivos, que atingem, principalmente, a coluna dos trabalhadores.

A coluna, eu tenho um desvio na coluna. Então, não tem remédio pra ela, às vezes eu ignoro a dor, faço um exercício que o médico me passou, né, e o dia que eu tô bom, eu corto muita cana e o dia que eu não tô, eu corto menos. Eu tenho que acostumar com essa dor porque não é chegar lá no médico, dar um remédio e eu sarar, né, porque cada vez que eu corto mais afeta, já foi até proibido, o médico falou pra eu cortar só mais uns 3 anos, mais eu quero cortar mais. Mas 90% dos cortadores de cana têm a coluna machucada, é muito movimento repetitivo (DANIEL, cortador de cana “do lugar”, 41 anos de idade).

As complicações na coluna são um reflexo marcante na vida dos cortadores de cana e

os trabalhadores sabem que se trata de um problema crônico. No entanto, evitam expor à usina essas complicações, porque temem a demissão. Dentre os migrantes pendulares, os reflexos negativos à saúde são mais notáveis, visto que é comum os trabalhadores emagrecerem devido ao trabalho no corte da cana e, principalmente, sofrerem câimbras, em função da exaustão física.

4.5 - Colheita Mecanizada

O trabalho na colheita mecanizada, diferentemente do corte manual, é formado por várias funções, algumas das quais exigem mais esforço mental e outras, esforço físico. Por exemplo, os cargos de operador de colheitadeiras, de tratorista e de motorista de caminhão, apesar de não exigirem esforço físico, requerem constante atenção dos trabalhadores. Em contrapartida, o sujeito que ocupa a função de engate e desengate precisa de força física para desempenhar o trabalho.

Apesar da existência dos cargos que exigem esforço físico, na colheita mecanizada prevalecem os cargos em que a exigência maior corresponde ao esforço mental. É o caso do operador de máquina colhedora, o qual precisa ter muita atenção no manuseio da máquina, porque um pequeno deslize pode ser o suficiente para provocar um acidente.

A rotineira preocupação reflete-se em cansaço mental. Entretanto, este desgaste que tende a se desdobrar em estresse também está ligado ao sistema de controle da usina, reforçado pela existência, nas cabines dos caminhões, dos tratores e das colhedoras, e de computadores que funcionam como fiscais eletrônicos. Os trabalhadores percebem que, com o avanço dos recursos tecnológicos, a tendência é aumentar o sistema de controle da empresa sobre o trabalho humano, o qual passa ser uma extensão das máquinas.

A colheita mecanizada, diferentemente da manual, ocorre durante as 24 horas do dia, e o ciclo diário é dividido em três turnos de 8 horas cada. Durante estes turnos, não há horários específicos para fazer as refeições, visto que a usina alega que o fluxo da colheita não pode ser interrompido.

Lá não tem horário de comer, não, lá você

tem que comer corrido, as horas que dá folga. Tem dia que você fica o dia inteiro parado, outra hora não tem tempo, não tem horário estipulado para você comer, sabe, então é atrapalhado, não tem horário assim, das 11h ao meio-dia você vai almoçar; não, na usina não existe isso (JÚLIO, tratorista).

Tem hora que dá fome na gente, mas a gente tem que chegar com o produto lá, né, se não o encarregado vê a gente parado ele já vai falar, né. "Porque está parando? Está almoçando? A empresa não permite." Eles falam que pagam pra gente, mas paga um caramba que paga, eu acho que não paga, não, e se pagam, pagam mixaria, não dá pra comprar uma camisa pra vestir (GILMAR, motorista de caminhão).

Eu acho falta de organização, se uma empresa quiser e tiver o interesse dá pra regular e fazer o regulamento e fazer a refeição normal. Os funcionários reclamam entre si, mas não é prestada a queixa, por medo de punição, represália, essas coisas (LEANDRO, motorista de caminhão).

Os trabalhadores têm que encontrar, durante a jornada de trabalho, lacunas que não comprometam o fluxo da colheita para poderem almoçar. Isso se desdobra em uma inadequada alimentação, que reflete, portanto, para a maioria dos trabalhadores, em sobrepeso/obesidade e, para outros, em emagrecimento.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou, a partir das diferenciações de origem e de atividade de trabalho, as condições de segurança alimentar das pessoas empregadas na colheita da cana-de-açúcar da usina ALEOTA. Com base nas diferenciações de origem e de atividade de trabalho, foram criadas três categorias de análise: os migrantes pendulares, os trabalhadores "do lugar" empregados no corte manual e os trabalhadores "do lugar" empregados na colheita mecanizada.

Nesse sentido, pode-se verificar, por meio da EBIA, que a percepção de insegurança alimentar perpassa as três categorias de análise e, ao mesmo tempo, os resultados também sinalizam que a maior proporção de trabalhadores que percebeu a condição de insegurança alimen-

tar está dentre os migrantes.

Contudo, a perspectiva de segurança alimentar referenciada nesta pesquisa também contempla as condições de trabalho a que as pessoas se submetem para conseguir o acesso aos alimentos. Portanto, obter o acesso e ter uma alimentação nutritivamente satisfatória é uma das condições para que uma família ou uma pessoa se encontre em situação de segurança alimentar. Porém, não é o suficiente, pois os meios para conseguir tal alimentação e, principalmente, para manter o acesso à alimentação, também são determinantes para a condição de segurança alimentar.

O trabalho no corte manual da cana, por exemplo, devido à sua natureza e, principalmente, por estar submetido à lógica de produção da agroindústria canavieira, torna-se uma atividade de trabalho que, inevitavelmente, provoca danos à saúde do trabalhador, conforme foi observado no relato dos trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual. Eles apontam que o trabalho na colheita manual da cana-de-açúcar provoca danos irreversíveis a coluna de quem exerce tal atividade.

Na colheita mecanizada, assim como no corte manual, a usina pressiona o trabalhador para que exerça sua atividade de forma intensa e ininterrupta durante sua jornada de trabalho. No corte mecanizado, porém, a usina dispõe de uma base tecnológica que lhe proporciona mais controle sobre a atividade de trabalho e sobre o ritmo de trabalho empregado na colheita da cana. Deste modo, os trabalhadores, coagidos pela empresa para não deixar faltar cana na usina para que o processo de moagem não seja interrompido, não têm horários estabelecidos para fazer suas refeições; conseqüentemente, os trabalhadores precisam, ao longo da jornada, encontrar lacunas para fazerem as refeições, as quais, além de esporádicas, podem não existir.

Assim, os trabalhadores, geralmente, não fazem suas refeições ao longo da jornada de trabalho e acabam alimentando-se em casa em horários inadequados. E, quando se alimentam durante o trabalho, comem com pressa, pois são constantemente pressionados para não interromperem o fluxo da colheita, porque resguardar o

horário adequado para fazer as refeições passa a ser visto, sobretudo pelos próprios trabalhadores, como um tempo desperdiçado, ou seja, os trabalhadores internalizam o valor ideológico da produtividade e sacrificam a própria saúde. Essa característica do trabalho no corte mecanizado, além das jornadas noturnas, tem provocado irregularidades na alimentação que, por consequência, prejudicam a saúde dos trabalhadores.

O migrante pendular, além de se sujeitar ao trabalho no corte manual da cana, também é submetido a um regime alimentar determinado pela usina, porque este trabalhador, ao chegar à região onde será realizado o corte da cana, passa a morar no alojamento fornecido pela usina. Esta se preocupa em fornecer ao migrante uma alimentação voltada para o abastecimento nutricional, porém, o critério utilizado para preparar os alimentos, assim como para servi-los, ignora os costumes dos migrantes, o que se desdobra em subnutrição, visto que os migrantes têm dificuldades para se alimentar.

Destarte, a combinação da atividade de cortar cana na agroindústria canavieira e a imposição alimentar da usina provocam no migrante constantes desgastes à saúde, de modo que, dentre os imediatos e visíveis problemas, se destacam o abrupto emagrecimento do trabalhador e a exaustão física, a qual é expressa por meio de frequentes câimbras.

Conclui-se que o emprego na colheita da cana não proporciona condições de segurança alimentar aos trabalhadores. A colheita manual da cana-de-açúcar, sobretudo a realizada pelos migrantes pendulares, é uma atividade inadmissível, na medida em que não se pode conceber que alguém trabalhe em uma atividade que, inevitavelmente, vai lhe proporcionar danos irreversíveis à saúde.

Quanto ao trabalho no corte mecanizado, apesar de existir a possibilidade de proporcionar condições que garantam aos trabalhadores segurança alimentar, a lógica da exploração do trabalho, sem qualquer pudor à vida dos trabalhadores, está tão enraizada na agroindústria canavieira brasileira, que não permite oferecer uma atividade de trabalho decente na colheita dos canaviais.

LITERATURA CITADA

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1, 18 set. 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Segurança alimentar, 2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/>. Acesso em: 20 abr. 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

MALUF, R. S. et al. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos e Debates**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996.

MARÍN-LEÓN, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, set./out. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2009: crisis económicas: repercusiones y enseñanzas extraídas**. Brasília: FAO, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org.br/download/SOFI09es.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

_____.; MARÍN-LEÓN, L. Segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999. 370 p.

_____. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 63-80, jun. 2008.

VERGINIO, C. J. **Os trabalhadores empregados na colheita da cana-de-açúcar: uma análise da condição de segurança alimentar**. 2011. 147 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DOS
TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO
DE OUROESTE, ESTADO DE SÃO PAULO**

RESUMO: *Esse trabalho traz um olhar diferenciado sobre as implicações das condições de trabalho na vida das pessoas empregadas na colheita da cana ao investigar dimensões de seu modo de vida por meio da lente da segurança alimentar. A hipótese desta pesquisa é de que as condições de trabalho e as condições de alimentação inerentes ao emprego na colheita da cana são determinantes para a (in) segurança alimentar dos trabalhadores. O objetivo deste trabalho é analisar as condições de segurança alimentar dos trabalhadores empregados na colheita da cana a partir das diferenciações de origem e das diferenciações de atividade de trabalho. A análise se guiou, em grande medida, por três*

categorias: o trabalhador “do lugar” empregado no corte manual; o migrante pendular empregado no corte manual; e, por fim, o trabalhador “do lugar” empregado na colheita mecanizada. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, as quais foram norteadas por um questionário formado por perguntas abertas e por questões fechadas e, também, pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Por fim, pode-se concluir que o emprego na colheita da cana-de-açúcar não assegura condições de segurança alimentar aos trabalhadores, principalmente, aos migrantes.

Palavras-chave: *segurança alimentar, corte manual da cana-de-açúcar, colheita mecanizada, migrante, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).*

ANALYSIS OF FOOD (IN) SECURITY CONDITIONS OF SUGAR CANE WORKERS IN THE CITY OF OUROESTE, SÃO PAULO STATE, BRAZIL

ABSTRACT: *This work provides an alternative look at the implications on food security of the working conditions of sugarcane harvest workers. The hypothesis of this research is that both working and feeding conditions inherent in the sugarcane harvest are determinant to the food (in) security of these workers. The goal of this work is to analyze the food security conditions of workers employed in sugarcane harvests based on differences in their origin and labor activity. The analysis was largely guided by three categories: the “originally from the place” worker employed in manual cutting, the pendulum migrant employed in manual cutting, and finally, the “originally from the place” worker employed in mechanized harvesting. The field research was conducted mainly through interviews based on a questionnaire, including open-ended and close-ended questions, as well as the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). Finally, we can conclude that employment in the sugarcane harvest does not insure food security conditions for workers, mainly for migrants.*

Key-words: *food security, cane manual cutting, mechanized harvesting, migrants, Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA).*

Recebido em 04/12/2013. Liberado para publicação em 02/09/2014.